

# CAMPANHA SALARIAL 2016

Estamos iniciando a construção da pauta de reivindicações da Campanha Salarial 2016.

A nossa principal reivindicação continua sendo a Reposição Salarial conforme determina o inciso X do artigo 37 da Constituição Federal. Para tanto, continuamos computando a perda inflacionária acumulada durante os oito anos do governo do ex-prefeito Edinho Araújo (compromisso assumido pelo atual prefeito durante a campanha eleitoral de 2008) e os sete anos do governo do prefeito Valdomiro Lopes. Assim, para zerar a perda inflacionária, a reposição salarial em 2016 tem que ser de 28,95%. (conforme tabela ao lado)

Os Bajuladores do prefeito estão espalhando a notícia de que a prefeitura não tem condições de dar qualquer reposição no nosso salário...

Reposição no salário do servidor		Inflação do ano anterior	
2001	4,00%	2000	5,97%
2002	Zero	2001	7,67%
2003	Zero	2002	12,53%
2004	10,00%	2003	9,30%
2005	7,31%	2004	7,60%
2006	5,69%	2005	5,69%
2007	3,14%	2006	3,14%
2008	5,00%	2007	4,46%
2009	6,40%	2008	5,90%
2010	5,31%	2009	4,31%
2011	7,00%	2010	5,91%
2012	7,00%	2011	6,50%
2013	6,00%	2012	5,84%
2014	6,00%	2013	5,91%
2015	6,00%	2014	6,40
2016	-	2.015	10,67
Total	78,85%	Total	107,80%

Inflação anual acumulada	107,80%
Reposição no salário do servidor	78,85%
Inflação não aplicada ao salário do servidor	28,95%

**Mas, nós estamos dizendo:  
NÃO VAMOS PAGAR PELA CRISE**

## Campanha Salarial 2.016

Assembleia para aprovação  
da pauta de reivindicações

**Dia 1 de fevereiro as 17h30 no Clube do Lago**

## Educação

### Disputar o significado da escola e da carreira profissional

A Lei Federal 13.005/2014, Plano Nacional de Educação, estabelece que, até o final do primeiro semestre de 2016, os planos de carreira da educação municipal sejam adequados as regras previstas na legislação que criou o piso nacional dos professores e a nova composição da jornada com destinação de um terço do tempo de trabalho às atividades extraclasse, a lei 11.738/08 e ao novo ordenamento jurídico criado pelas duas leis.

O nosso Sindicato tem pautado sistematicamente esse tema nas cidades de sua área de abrangência. No dia 27 de novembro realizamos, na Câmara Municipal, uma Plenária Sindical que apontou para a construção de uma Pauta Mínima para a Carreira dos servidores da educação. Essa pauta é constituída, principalmente, pelo cumprimento integral da lei 11.738/08, a Lei do Piso e Jornada com 1/3 de atividades extraclasse; pela redução do número de alunos por turma e pela garantia de ingresso exclusivamente por meio de concurso público.

2016 será um novo ano de disputas pelo significado, não apenas da escola, mas da própria vida e carreira dos que trabalham nela. Por isso, estaremos lançando no dia 18 de fevereiro, em parceria com outros sindicatos, a Jornada de Lutas pela Educação de Qualidade e Valorização Profissional.

## Saúde

### Más condições de trabalho são denunciadas

A saúde pública de Rio Preto apresenta grandes problemas, e como sempre, a administração se recusa a dialogar com o sindicato, numa total demonstração de descaso para com seus trabalhadores. Sofremos com as más condições de trabalho, número de funcionários insuficientes para atendimento da demanda, perseguições, assédio moral, pressão psicológica e ameaças veladas são constantes, e muitas vezes até com falta de materiais essenciais para realização de seu trabalho; mesmo assim, dedicam muito de suas vidas e saberes para cuidar de todos.

Diante de tal situação o nosso sindicato fez denuncia ao Ministério Público, Ministério Público do Trabalho e ao COREM solicitando averiguações sobre os problemas apresentados. Na primeira audiência de conciliação no Ministério do trabalho a secretária não compareceu enviando apenas representantes, demonstrando claramente que não se importa com aos servidores.

Sendo assim continuaremos defendendo os servidores dos desmandos dessa administração, lutando por seus direitos e procurando todas as formas de garantir que possam trabalhar de forma segura e digna.

## Previdência

### Nossa luta é para garantir o recebimento da aposentadoria

Para garantir o recebimento dos direitos previdenciários (aposentadoria e pensão) a legislação federal exige a realização dos cálculos atuariais atestando, ou não, o equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social (Riopretoprev, no caso de São José do Rio Preto).

A Lei Complementar no. 139/01, a qual organizou a Riopretoprev, foi incapaz de conter o avanço do déficit atuarial. Assim, para resolver o problema foi criado um Plano de Amortização, através da Lei Complementar no. 396/13, o qual definiu alíquotas progressivas de contribuição suplementar e transferência de imóveis para, no prazo de 35 anos, zerar o déficit atuarial.

Porém, os Estudos Atuariais divulgados pela Caixa Econômica Federal mostram que apesar de aprovado com o "objetivo de equacionar o déficit atuarial" da Riopretoprev, na prática o Plano de Amortização acelerou o crescimento do déficit atuarial. Em 2015, superou R\$ 1,0 bilhão.

Nossa ação de publicizar o problema e exigir soluções terá em 2016 uma nova etapa. Nós teremos eleições para renovação dos Conselhos Administrativo e Fiscal da Riopretoprev e caberá ao nosso Sindicato a organização desta eleição.

**Conforme atribuição conferida pelo inciso I do artigo 104 e artigo 112 da Lei Complementar nº 139, de 28 de dezembro de 2001, modificado pela Lei Complementar nº 216/05, o nosso Sindicato organizará o processo eleitoral de escolha dos representantes dos servidores públicos municipais para o Conselho Municipal de Previdência e Conselho Fiscal da RIOPRETOPREV.**

**ASSEMBLEIA PARA ORGANIZAR O PROCESSO ELEITORAL  
DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2.016 ÀS 17H30 NO CLUBE DO LAGO**